



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
COLÉGIO DE DIRIGENTES

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODIR DE 2025

Presidida por:	REITORA NÍDIA HERINGER
Local:	CAMPUS SANTA ROSA
Data:	7 de maio de 2025
Hora de início:	10h08min. Intervalo de 12h01min até 13h34min.
Hora de encerramento:	16h43min

PAUTA DA REUNIÃO

1. Gabinete do(a) Reitor(a):

1.1. Jogos Estudantis dos Institutos Federais - Etapa Regional Sul;

1.2. Oferta de bacharelados e cursos de tecnologia: proposição de suspensão de ofertas até o Novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFar;

1.3. Medida Provisória 1286/2024. **

2. *Campus* Alegrete

Memorando Eletrônico Nº 36/2025 - GAB/DG AL:

2.1. Relato sobre a participação no Forcampo, ocorrido em Brasília;

2.2. Edital Auxílio Eventual.*

3. Pró-Reitoria de Ensino - Proen

Memorando Eletrônico Nº 63/2025 - Proen:

3.1. Planilha do orçamento PcD;

3.2. Apresentação do Projeto do Fio ao Ponto - parceria entre a Pró-Reitoria de Ensino e Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

3.3. Informes:

3.3.1 Avaliações de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos do IFFar;

3.3.2 Consulta pública das diretrizes do estágio dos cursos superiores de Licenciatura do IFFar;

3.3.3 Sistema de Informações da Política Nacional de Assistência Estudantil (Sisnaes).

4. Comissão Permanente de Pessoas Docente – CPPD

4.1 Processo Eletrônico Nº 23873.003176/2024-25 - Apreciação da proposta de Revisão do Regulamento da Comissão Permanente de Pessoal Docente.

5. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRDI

Memorando Eletrônico Nº 21/2025 - PRDI:

5.1. Prestação de Contas Concurso TAE (Edital 473/2024) e Concurso Docente 2025 (Edital 472/2024);

5.2. Informes:

5.2.1. Oferta de nova turma do curso de Doutorado - PPGOP/UFSM;

5.2.2. Ajustes no Plano de Ação, exercício 2025 (PA 2025) - Memorando Circular 03/2025 DPDI.

6. Pró-Reitoria de Extensão - Proex

Memorando Eletrônico Nº 13/2025 - Proex:

6.1. Programa Institucional de Extensão para a Educação em Direitos Humanos;

6.2. Política de Extensão do IFFar;

6.3. Programa Partiu IF - programa nacional do Governo Federal, em parceria com os Institutos Federais, no IFFar;

6.4. Informes:

6.4.1. 43º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS);

6.4.2. Rede Uni Sustentável (chamada livro);

6.4.3. Banco de projetos de Educação em Direitos Humanos.

7. Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação – PRPPGI

Memorando Eletrônico Nº 23/2025 - PRPPGI:

7.1. Panorama do Edital 109/2025 (Programa institucional de bolsas de iniciação científica e tecnológica do IFFar).

8. Pró-Reitoria de Administração – Proad

Memorando Eletrônico Nº 36/2025 - Proad:

8.1. Limites Orçamentários 2025;

8.2. Relatos da Visita da SETEC às obras do IFFar com recursos do Novo PAC.

Assuntos Gerais				
* Retirada de pauta				
** Inserção de pauta				
REGISTRO DE PRESENCAS				
DIRIGENTE		NOME	FREQ. Manhã	FREQ. Tarde
01	REITORA	NÍDIA HERINGER	✓	✓
02	PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD	DEIVID OLIVEIRA	✓	✓
03	PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRDI	CARLOS RODRIGO LEHN	✓	✓
04	PRÓ-REITORA DE ENSINO - PROEN	PATRICIA METZ DONICHT	✓	✓
05	PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO - PROEX	GETULIO STEFANELLO	✓	✓
06	PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PRPPGI	THIRSSA GRANDO	✓	✓
07	DIRETORA-GERAL - ALEGRETE/AL	MIRIAN MARCHEZAN	✓	✓
08	DIRETORA-GERAL - FREDERICO WESTPHALEN/FW	SILVANA PEDROZO	✓	✓
09	DIRETOR-GERAL - JAGUARI/JA	RICARDO RODRIGUES	✓	✓
10	DIRETORA-GERAL - JÚLIO DE CASTILHOS/JC	SILVIA MONTAGNER	✓	✓
11	DIRETOR-GERAL - PANAMBI/PB	MARCELO BATAGLIN	✓	✓
12	DIRETORA-GERAL - SANTA ROSA/SR	ANALICE MARCHEZAN	✓	✓
13	DIRETORA-GERAL - SANTO ÂNGELO/SAN	MARIÉLI MACHADO	✓	✓
14	DIRETORA-GERAL - SANTO AUGUSTO/SA	MÁRCIA FINK	✓	✓
15	DIRETORA-GERAL - SÃO BORJA/SB	MAÍRA FRIGO FLORES	✓	✓
16	DIRETOR-GERAL - SÃO VICENTE DO SUL/SVS	PAULO ROBERTO DEON	✓	✓
17	DIRETOR-GERAL - URUGUAIANA/URU	JHONATHAN SILVEIRA	✓	✓
EQUIPE DE APOIO				
Dalva Pillar, Gabinete da Reitoria - GRE; Denise Xavier, Ricardo Prati e Verônica Vasques, Secretaria Executiva - SEE; Juliane Martins, Nicole Hack e Susi Alves - Tradutor(a) Intérprete de Língua de Sinais - TILS; Elisandro Coelho, Relações Públicas; Adriano Lima e Fabrício Colvero - Web TV.				
CONVIDADOS				
Mateus Dal Forno, Coordenação Geral de Ensino <i>Campus</i> Frederico Westphalen.				

A 3ª Reunião Ordinária do Codir foi realizada de forma presencial no *Campus* Santa Rosa, em comemoração aos 15 anos do *campus*. Destacou-se a importância da instituição para os arranjos produtivos locais. Foi incluída a solicitação de inclusão da Medida Provisória 1286/2024, que visa ao avanço da carreira dos Técnico-Administrativos em Educação.

Abertura e celebração dos 15 anos do *Campus* Santa Rosa

Analice Marchezan (3:48 - 6:00) agradeceu aos colegas dirigentes e toda a comunidade acadêmica que acompanhava a reunião. Ela explicou que no início da manhã tinha ocorrido um resgate histórico, desde o momento de implantação do *Campus* Santa Rosa, contou com a presença dos prefeitos durante os 15 anos, o GT de implantação e retomou toda a caminhada dos profissionais. A Diretora comunicou que, na sequência da reunião do Codir, haveria um almoço com todos os servidores e com o Colégio de Dirigentes. Ela acrescentou que, depois disso, haveria a continuidade da reunião e, no encerramento, estava previsto um jantar de confraternização. Antes de passar a palavra à reitora, Analice Marchezan saudou Susi Alves, que estava fazendo a interpretação, e lembrou que ela iniciou as suas atividades no *Campus* Santa Rosa.

Nídia Heringer (6:02 - 13:01) informou sobre o encaminhamento da convocação do Colegiado de Dirigentes e solicitou a inserção de uma pauta, que trata da Medida Provisória 1286/2024. Ela explicou que depois da publicação da lei orçamentária, será preciso que seja publicado o decreto de programação orçamentária que teve a sua publicação nesta semana. A reitora disse que tiveram três proposições em relação à medida provisória e à aceleração: uma do Ministério da Educação, uma proposta norteadora do MGI e uma da CNC.

Márcia Fink (13:03 - 13:09) cumprimentou a todos e comentou que foi contemplada na fala da Reitora, no memorando que pediram pauta extemporânea.

Mirian Marchezan (13:23 - 13:29) pediu a retirada de pauta sobre o auxílio eventual que eles tinham encaminhado.

Nídia Heringer (13:55 - 15:08) explicou que precisará participar da reunião do Conif virtualmente e comentou que na reunião do Conif terá a presença da Casa Civil, trazendo as questões de definições de orçamento de investimento para a consolidação dos *campi* em funcionamento.

Sobre os Jogos Estudantis dos Institutos Federais - Etapa Regional Sul (15:23 - 32:45), Nídia informou que a Proex e o grupo de profissionais da educação física constituíram um grupo de trabalho para organizar as atividades relativas aos jogos estudantis. Ela retomou que na última reunião foram apresentadas as propostas de datas para a etapa regional sul. Também lembrou que já tem um local previsto para as atividades desportivas, as quais serão na Universidade Federal de Santa Maria, e explicou que com essa organização não terão custos com o espaço.

Nídia detalhou que será período de recesso das atividades acadêmicas da Universidade Federal de Santa Maria. Acrescentou que foi encaminhada a solicitação de ambulância ao diretor do HUSM, para contar com apoio no caso de situações emergências que possam ocorrer. Além disso, ela comentou que vão receber em Santa Maria as delegações do Instituto Federal do Paraná, do Instituto Federal Catarinense, do Instituto Federal de Santa Catarina, do IFRS, do IFSul e do IFFar. E finalizou dizendo que a etapa institucional do IFFar será no *Campus São Vicente do Sul*.

Paulo Deon (18:43 - 20:33) confirmou a possibilidade. Ele disse que se reuniram no *Campus* e decidiram considerando a importância que é a atividade para toda a comunidade de estudantes. Ele explicou que não tem muitas definições ainda e estão na fase inicial dos alinhamentos. Mas adiantou que as datas previstas para acontecer a etapa institucional concentram-se no feriado de 17 a 21 de junho.

- Paulo concluiu dizendo que ficaram honrados de sediar novamente os jogos e agradeceu à equipe e à comunidade do *Campus*.

Maíra Frigo (20:57 - 27:17) ressaltou que entendem que o evento é do Instituto Federal Farroupilha e ele não é de um *Campus*. Sugeriu que pensassem na possibilidade dos outros *campi* sediarem os jogos também. Ela defendeu que precisam oportunizar outras vivências e outras formas de viver o evento. Explicou que foi colocada uma pergunta no grupo dos professores e comentou que se fosse depender dos colegas da educação física para sediar esse evento, a enquete demonstrou que teria um *campus* para 2027, três para 2028, para 2029 e 2030 um.

- Maíra explicou que, na última reunião, ficaram com duas preocupações: a questão de aquisições de equipamentos esportivos e a questão da equipe de apoio da coordenação técnica.

Nídia Heringer (27:18 - 31:18) ressaltou que a provocação da Maíra já foi assunto entre a Reitora e o Pró-Reitor Getúlio e sugeriu que, neste ano, no *Campus São Vicente do Sul*, já anunciem qual será o *Campus* em 2026 e, se possível, em 2027, que sediará essa etapa dos jogos.

- Nídia disse que em conversa com Getúlio Stefanello e Maíra Frigo, sugeriu que pensassem em um edital para participação dos estudantes no apoio. Ela resumiu que a proposta seria de um edital para participação de estudantes no apoio à organização da etapa regional.

Getulio Stefanello (31:22 - 32:45) complementou que o planejamento com antecedência permitiria exatamente isso, o planejamento que tem para aquisição dos itens.

Nídia Heringer (33:10 - 46:04) informou que a próxima pauta era uma inserção de pauta bem delicada sobre alguns aspectos. Ela advém das últimas análises que tem trabalhado com a DPDI e a PRDI, sobre as questões que envolvem os indicadores, a partir dos dados da Plataforma Nilo Peçanha. Ela explicou que a DPDI e a PRDI fazem uma extração e um relatório detalhado dos percentuais, dos cursos, dos elementos em que os *campi* estão atingindo indicadores e percentuais. Informou que tiveram alguns decréscimos em relação ao orçamento de custeio, que advém de não estar sendo cumprido alguns dos indicadores percentuais, em relação às ofertas. Ela detalhou que 50% das vagas para cursos de educação técnica de nível médio, prioritariamente na forma integrada, não foram cumpridas ainda; além de 20% das vagas para cursos e programas de formação de professores da educação básica e 10% das vagas para programas de educação de jovens e adultos (EJA), articulados preferencialmente com a educação profissional. Nídia disse que trazem uma proposição dialogada entre PRDI e DPDI em relação aos encaminhamentos referentes às ofertas de novos cursos de graduação, bacharelados e tecnologia. Ela ressaltou que para 2026 não é mais pauta, pois sabem que os cursos que vão ser ofertados em 2026 já foram aprovados no segundo semestre do ano passado, na última reunião do Conselho Superior. Ela disse que a sugestão é de que não tenha a tramitação de projetos de criação de curso no ano de 2025. Nídia lembrou que a Plataforma Nilo Peçanha acompanha o número de matrículas e não das ofertas que fazem no edital do processo seletivo.

Carlos Lehn (46:09 - 49:36) complementou que o quadro no item 5.4 do PDI, que trata da oferta de cursos e vagas tem um cuidado que consigam atingir esses percentuais legais. Ele explicou que a professora Nídia reforçou, que os percentuais legais são calculados em cima de matrículas e não em cima de vagas. Ele reiterou que são as matrículas que vão acabar implicando matriz orçamentária com relação aos parâmetros dos percentuais legais. Disse que os recursos das licenciaturas e o recurso da educação de jovens e adultos conseguem alcançar parte do recurso previsto, porque será maior ou menor a depender do percentual que apresentam. Segundo Carlos, a maior fatia de recurso do atendimento aos percentuais legais vem dos 50% das matrículas dos cursos técnicos, e explicou que hoje estão na faixa dos 44%.

- Carlos reforçou que tiveram um complemento financeiro na faixa de R\$2,6 milhões, mas alertou que pode ser que no ano que vem não tenham esse complemento.

Nídia Heringer (49:38 - 54:28) relatou que acordaram com o Ministério da Educação o complemento para 2025, mas sabem que esse complemento não está à disposição para a próxima LOA. Ela disse que mesmo com o complemento o orçamento de 2025, não atende as necessidades do ano de 2025. A reitora disse que não pretende levar ao Conselho Superior antes de pautar no Colegiado de Dirigentes, e explicou que, naquele momento, a pauta era a suspensão das ofertas de cursos de bacharelado e tecnologia até que tenham o Plano de Desenvolvimento Institucional construído no ano que vem e as métricas estejam alinhadas no capítulo de oferta de cursos e vagas do novo PDI.

Analice Marchezan (54:48 - 59:08) avaliou que existe um descompasso quando fazem a aprovação do PPC e enquanto ele atende a regulamentação por toda uma parte, não conseguem fazer análise para ver se ele está cumprindo outros critérios. Analice disse que a Relação Aluno Professor - RAP lhe preocupa, porque vai ser preciso fazer um trabalho bem intenso para ser feito essa conversação. Ela perguntou a Nídia se não tem uma forma de diálogo com a Setec sobre um período para fazerem a adequação, sem a penalização, porque se baseiam em cima da oferta e não da matrícula.

Márcia Fink (59:20 - 1:02:34) disse que o artigo sétimo fala dos técnicos, das licenciaturas, do EJA, e observou que não é mencionado os demais. Ela comentou ter ficado feliz com a pauta, e disse que já tem maturidade para pensar essas questões. Em seguida, perguntou como vai ser tratado isso considerando as novas unidades que nascerão, talvez não com a força que as unidades existentes já têm.

Maíra Flores (1:02:43 - 1:06:51) defendeu que alguns já têm a aproximação com os 50%, e a PNP faz um recorte que é sempre anterior à realidade, e outros *campi* ainda precisam pensar um pouco. Segundo Maíra, para São Borja, a impossibilidade da abertura de um curso superior a preocupa bastante, em virtude do contexto local. Ela ressaltou que há outras duas instituições públicas que também buscam o mesmo curso. Maíra sugeriu alterar o termo de suspensão, por algo mais flexível que leve em conta a condição do *campus* naquele momento.

Nídia Heringer (1:06:54 - 1:20:41) respondeu à pergunta que a Analice fez em relação à questão do não atingimento do percentual das matrículas. Ela disse que a resposta era não. Exemplificou que na portaria 646/2021 diz que as instituições teriam três anos para se ajustarem ao que rege a portaria. Salientou que a Setec e o MEC não usaram em 21, 22 e 23; pontou que passados os três anos que

constam na portaria 646 para esse ajuste, ela passa a valer como instrumento balizador da matriz orçamentária. Nídia explicou que por isso ela foi aplicada para a composição da matriz 2025, e reiterou que esse tempo para ajustes já estava previsto naquele normativo do MEC. Também disse que a Plataforma Nilo Peçanha foi uma ferramenta pensada para atender o que o Tribunal de Contas pedia, que tivessem uma base de dados transparente para toda a sociedade, que fosse auditável e anual, permitindo o acompanhamento pelo Ministério da Educação. Nídia explicou que não tem mais tempo para adequação disso, o tempo foi previsto em 2021 e já estão em 2025. Além disso, Nídia explicou que, para fazer a suspensão da oferta de bacharelados e cursos de tecnologia pontualmente, e aqueles *Campi* que cumprem o percentual poderão manter o andamento do projeto de criação de curso, é algo que precisa ser discutido. Ela lembrou que a oferta de cursos regulares está prevista para 2026, Mas disse que só contarão com a matriz do próximo ano. Acrescentou que será aberto o curso em 2026, seja no primeiro ou no segundo semestre, mas não estarão ainda com a matriz de 2027, porque a Plataforma Nilo Peçanha é lida em janeiro.

Ricardo Rodrigues (1:24:40 - 1:30:35) ressaltou que é importante olhar a instituição como um todo. Exemplificou que o *Campus* Jaguari tem quase o dobro de oferta de formação de professores, e disse que, em termos gerais, o *Campus* Jaguari conseguiu mudar e melhorar bastante os dados. Ele relatou sobre o impacto de uma decisão de abertura de um curso no todo da instituição, no sentido de contribuição ou no sentido de que pode trazer um determinado prejuízo em termos orçamentários. Ricardo sugeriu que refletissem sobre o que estão escolhendo enquanto curso, de qualquer nível ou modalidade e o impacto no todo, porque se continuarem insistindo nisso, vão inviabilizar a sustentabilidade da instituição.

Nídia Heringer (1:30:40 - 1:36:54) respondeu que se forem olhar compromisso social e indicador, tem um mundo presente entre indicador e compromisso social e sobre a identidade das instituições, citou que o Paraná já estava em uma caminhada e eles já tem a Universidade Tecnológica do Paraná, era o Cefet e quem não era Cefet era Universidade Tecnológica do Paraná.

- Explicou que em 2019 tiveram que mandar memorando para os *campi*, que se não fosse definido no *Campus*, a PRDI iria cortar aleatoriamente os superiores, porque não podia ser programado o PDI sem que fosse atendido 50% das ofertas, porque o debate interno era muito significativo ainda.

- Nídia disse sugeriu que a portaria de funcionamento dos novos *campi* já traga na portaria ministerial o elemento da oferta de cursos que precisa existir lá, para que não tenha o descompasso entre a autorização de funcionamento e as ofertas que virão.

Carlos Lehn (1:36:55 - 1:41:03) complementou que a pauta foi trazida pensando no todo da instituição e não foi uma abordagem por unidade. Ele disse que tem coisas dentro da instituição que já estão acontecendo que vão ao encontro do que está sendo discutido. Disse também que assim que a PNP for publicada, irão se debruçar nos indicadores e, quando encaminhar os relatórios individualizados por unidade, voltarão a tratar no Codir para ter um marco desse novo momento. Carlos finalizou dizendo que hoje tem 6.603 matrículas equivalentes nos cursos técnicos, mas seria preciso ter 7.469; formação de professores, tem 2.480 e precisaria de 2.987; no Proeja, tem 878 e precisaria de cerca de 1.500.

Jhonathan Silveira (1:41:16 - 1:42:34) perguntou se seria uma proposta então de suspender a criação de novos cursos até o próximo PDI, que seria um freio até o ano de 2026. Ele defendeu que precisa discutir, mas também adotar uma normativa para abertura dos novos cursos, na sequência do PDI.

Nídia Heringer (1:42:35 - 1:46:24) explicou que a proposta depois da pauta é fazer uma portaria que traga esse elemento e apresente a necessidade de construção. Ela explicou que a Analice Marchezan sugeriu que fosse passada para a Cadin e ela acha que é melhor, que tem que ser antes. Reiterou que a ideia é fazer a portaria com a suspensão específica para os dois marcadores que impactam no elemento global das reduções orçamentárias indicadores, e o maior orçamento vem dos cursos técnicos.

Maíra Flores (1:46:30 - 1:47:49) disse que ficou com dúvida quanto à complementação das vagas docentes que vem a receber. Ressaltou que por mais que o planejamento não seja imediato, receberão docentes que talvez sejam para um curso, que é o planejamento do local que é a daqui a quatro anos.

- Nídia sugeriu a possibilidade de redimensionar mais uma turma do curso técnico no período. Mas Maíra respondeu que talvez as áreas envolvidas não sejam as mesmas, e a suspensão da possibilidade possa impactar no futuro. Argumentou que, na situação do *Campus* São Borja, estão chegando no teto e exemplificou que talvez não consiga justificar a necessidade de uma área que é crucial, que o *Campus* entende como prioritária neste momento.

Nídia Heringer (1:47:51 - 1:48:54) sugeriu que junto com a PRDI e a Proen trabalhassem as questões do *Campus* São Borja de uma maneira criteriosa. Ela explicou que não é *ad eternum*, mas sim até que consigam olhar para o PDI do ano que vem, e comentou que não significa que não possam trabalhar neste projeto pedagógico, só que ele não vai tramitar neste momento.

Maíra Flores (1:48:56 - 1:50:05) perguntou se poderia solicitar vagas de docentes na área de

administração pensando em um curso que vai ser ofertado, por exemplo, em 2029, mas ressaltou que o docente ficaria sem carga horaria. Em seguida, Nídia deu o exemplo do *Campus* Frederico Westphalen. Ela disse que o *Campus* recebeu, na última distribuição de vagas, nove ou onze códigos de docentes, e todos não foram nomeados. Ela explicou que foi feito um grupo de trabalho e planejaram as áreas em que terão, por exemplo, informática mais uma turma de técnico integrado, e não será feita a nomeação imediatamente. Ela resumiu que vai receber o código de vaga e ficará com ele no planejamento, mas a nomeação acontecerá quando estiver rodando o processo seletivo, é feita a nomeação na sequência.

Nídia Heringer (1:50:07 - 1:51:08) colocou a pauta em votação e pediu que os gestores se manifestassem sobre a proposição da pauta.

- Maíra perguntou se a votação será sobre a suspensão da oferta dos cursos de graduação fora as licenciaturas, com possibilidade de acompanhamento da PRDI para questões pontuais dos *campi*.

- Nídia respondeu que seria isso, mas que não tramitarão até o ano que vem. Ela explicou que farão todo o planejamento do *Campus* São Borja e para verificar os impactos e, se tiverem uma diferença significativa, trarão de novo para discussão em outro momento.

- Nídia reiterou que naquele momento seria votada a suspensão dos bacharelados e dos tecnólogos até que discutam o capítulo cinco do PDI para os próximos oito anos, observando o processo.

Patricia Donicht (1:51:14 - 1:51:35) pontou que se o *Campus* pedir a suspensão de um tecnologia para abrir outra tecnologia, será considerado um novo curso e será bloqueado. Ela perguntou então se não pode pedir a suspensão para repor aquelas vagas no mesmo curso.

Nídia Heringer (1:51:38 - 1:52:23) respondeu que a proposta é que seja feita a tramitação de projetos de criação de curso técnicos, licenciaturas, seja técnicos integrados, subsequentes, normalmente. E o que não será tramitado são cursos de bacharelado e tecnologia sem um exame detalhado e minucioso de cada unidade.

Mirian Marchezan (1:52:25 - 1:58:38) disse que estava com dúvida em relação à oferta de nova turma dos cursos que já existem, por exemplo, se também ficará suspenso.

Nídia Heringer (1:52:40 - 1:54:57) respondeu que se tem um curso técnico integrado que oferta 35 vagas e quer aumentar para 70 vagas, pode, mas se já tem um de tecnologia e quiser abrir mais uma turma não irá tramitar no momento. Ela explicou que nos atuais poderá ser aumentado, mas não

haverá novos cursos; e, nos cursos atuais, mais turmas de tecnologia e bacharelado. Após a explanação, Nídia colocou a pauta para votação, e obteve 15 votos favoráveis, 1 voto contrário e nenhuma abstenção.

Intervalo das 12h01min até às 13h34min.

Nídia Heringer (3:27:14 - 3:28:32) informou que a pauta do *Campus* Alegrete era um relato sobre representação do Instituto Federal Farroupilha no Fórum de Educação do *Campus* do Conif. Em seguida, ela avisou que precisaria se ausentar por um momento para participar da pauta da reunião do Conif, e o Pró-Reitor Carlos Lehn daria sequência às pautas, até que ela retornasse.

Mirian Marchezan (3:28:38 - 3:40:53) apresentou o relato sobre a participação no Forcampo, ocorrido em Brasília.

- Mirian relatou que estiveram em Brasília representando o Instituto Federal Farroupilha no mês de abril, no Fórum de Educação do *Campus*. Ela salientou que o Reitor José Carlos de Sá, que faz parte da Câmara Técnica de Educação do Campo, acompanhou os dois dias de fórum. Disse que houve destaque para a PL 3096/2024, que é o projeto de lei que trata da inclusão dos Institutos Federais na parte do auxílio transporte; e para a PL 240/2023, que trata do reajuste dos valores do PINAT. Mirian explicou que trataram sobre os orçamentos de maneira geral para os Institutos Federais.

Nídia Heringer (3:40:56 - 3:43:06) solicitou que Patricia Donicht e Getulio Stefanello pudessem colaborar com a Mirian Marchezan na análise do Seminário do Forcampo e da possibilidade de ter uma representação, pensando em ser selecionada por edital a partir de vivências estabelecidas em consonância com os eixos do seminário. Nídia complementou que o Forcampo trata tanto das questões dos campos agrícolas como de questões específicas que envolvem a educação do campo. Ela explicou também que foi combinado que seria feito um levantamento, *Campus a Campus*, sobre quais os cursos e turmas que têm necessidade de profissionais especialistas em áreas, para atender os alunos com deficiência. Disse que serão apresentadas as necessidades e o que tem de impacto orçamentário para atenção à pauta específica.

A próxima pauta foi apresentada pela Pró-Reitoria de Ensino - Proen (3:44:56 - 4:12:36). Patricia Donicht tratou a respeito da Planilha do orçamento PcD. Ela relatou que é uma previsão do gasto orçamentário, porque a planilha que seria apresentada trazia uma previsão do início e fim do contrato. Ela complementou que a previsão é mutável ao longo do ano. Exemplificou que, em 2014, tinham 84 estudantes e, ao longo dos anos, ocorreu um incremento do aspecto de inclusão na instituição, e a

partir de então tem 246 estudantes com diagnósticos, os quais são atendidos pelas CAPNES.

- Patricia disse que o atendimento global das CAPNES é de 431, e o número de 246 que ela explicou são os estudantes PCDs. Ela detalhou os principais grupos atendidos e quantos estudantes são. Também comentou que foi feito um levantamento sobre os ingressantes. O valor que ela apresentou foi correspondente aos que ingressaram na instituição ao longo dos últimos anos. Ela disse que hoje tem um total de 121 estudantes a mais na instituição que estão recebendo o atendimento da CAPNE, porque são PCDs ou porque recebem atendimento da coordenação por outras questões necessárias. Quanto ao orçamento, Patrícia disse que, no ano passado, foi de R\$2.142.439,25 que foi gasto, e revelou que a estimativa de gasto para 2025 está em torno de R\$2.995.157,15.

Nídia Heringer (3:54:08 - 3:56:58) comentou que pensaram em uma estratégia para levar a outras instâncias à pauta.

Patricia Donicht (3:57:00 - 3:58:52) explicou que pensaram em montar um grupo para enviar uma carta de manifestação à Secadi, trazendo as informações para a secretaria e buscando um recurso extraorçamentário. Patricia sugeriu que se deve evitar de tirar o valor da assistência estudantil, o aporte orçamentário para atendimento.

Nídia Heringer (3:58:54 - 4:03:12) disse que a primeira coisa que pontuaram era ter uma carta elaborada e assinada pelos dirigentes do Codir, para ser encaminhada para a Secadi e para a Setec, solicitando aporte de recurso extraorçamentário específico para contratos e questões de inclusão.

Marcia Fink (4:03:15 - 4:03:30) ressaltou que o recurso descentralizado específico era, de certo modo, uma política e deixou de ser o recurso descentralizado específico. Ela perguntou se houve alguma explicação sobre o motivo de ter deixado de ser.

Nídia Heringer (4:03:37 - 4:04:54) respondeu que não era um recurso de uma política, mas sim um recurso retido na Setec que era destinado e foi descentralizado para as instituições para o pagamento de despesas com essas especificidade. Ela acrescentou que não chegou a ver por parte da Secadi um orçamento específico para pagamento deste recurso orçamentário. Disse que ele era um recurso que por solicitação do recurso da Setec se transferia um valor para as instituições.

Jhonathan Silveira (4:05:00 - 4:06:35) expressou que fica feliz quando observa o número de estudantes atendidos, que faz com a instituição se torne referência no atendimento. Mas reconheceu que está faltando recursos para manter essa qualidade ofertada pela instituição.

- Jhonathan sugeriu que se retornasse a rubrica dentro da Setec com o valor reservado para a finalidade, seria um valor que daria uma base para o atendimento. Ele salientou que, na manifestação que será feita, já poderiam incluir a sugestão de retorno da rubrica, para garantir um pouco mais de tranquilidade.

Maíra Flores (4:06:43 - 4:09:53) trouxe um relato de uma peregrinação ocorrida em abril, ocasião em que Jhonathan Silveira e ela tiveram a oportunidade de conversar com parlamentares e levaram a preocupação em relação ao orçamento para o atendimento aos estudantes. Ela contou que abordaram a questão do duplo Fundeb e questionaram por que não recebem.

- Maíra também comentou que entrou em contato com a Secadi , e foi informada que não teriam como fazer o atendimento naquela oportunidade, mas que fariam uma reunião pelo Google Meet. Maíra explicou que a professora Daniela Lobo acompanhou a reunião com Alexandre Mapurunga, diretor de política de educação especial na perspectiva inclusiva. Ela comentou que a ideia da reunião era pontuar com eles por qual razão os Institutos Federais não conseguem acessar as salas de recursos multifuncionais para educação básica que a Secadi tem.

- Maíra finalizou dizendo que é favorável à criação da carta e à ideia de pedir o duplo Fundeb, pedir as salas de recursos multifuncionais e a sala de acomodação sensorial que é uma possibilidade.

Patricia Donicht (4:10:03 - 4:10:55) complementou que a dupla matrícula já foi discutida muitas vezes no fórum de Pró-Reitores de Ensino e não conseguiram avançar.

Carlos Lehn (4:11:04 - 4:11:39) disse que farão a carta elaborada de forma conjunta pelo Codir, a qual será encaminhada para a Secadi ampliar o escopo da carta para a Setec, trazendo a manifestação acerca da política de cotas, buscando angariar o recurso extra para atender as demandas.

Patricia Donicht (4:11:42 - 4:12:36) explicou que conversou com a reitora Nídia e se colocou como Pró-Reitoria à frente do processo de escrita e combinou com a reitora sobre a possibilidade, caso haja interesse, de algum colega do colégio de dirigentes colaborar na escrita da carta.

A próxima pauta tratada foi a apresentação do Projeto do Fio ao Ponto - parceria entre a Pró-Reitoria de Ensino e Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (4:12:54 - 4:31:59).

Patricia Donicht (4:12:55 - 4:20:34) explicou que se trata de uma ação integrada entre a PRPPGI e a Pró-Reitoria de Ensino, acrescentou que foi uma ação que nasceu em 2023. Segundo ela, foi um projeto pensado em 2023 e em 2024, ocasião em que conseguiram material para a execução e, neste ano, será

colocado em prática, segundo o cronograma que está organizado. Ela complementou que o projeto se justifica a partir da Política de Acessibilidade e está pautado na resolução Consup N.º 12/2015. Também comentou que a ideia do projeto é trabalhar com a sinalização das placas em braile. Ela acrescentou que, em 2025, querem fazer a produção das placas, e disse que, para isso acontecer, precisam da atualização do levantamento das necessidades.

Thirssa Grando (4:20:38 - 4:22:43) complementou que, em 2024, foi feita uma visita ao IFRS, no laboratório Pipa Maker, e nessa ocasião fizeram uma ação em conjunto com os laboratórios Maker e as CAPNEs dos *campi*.

Carlos Lehn (4:24:48 - 4:25:22) disse que precisa de uma atenção em relação às informações da planilha, para que possam fazer a distribuição do filamento e iniciar o processo.

Marcelo Bataglin (4:25:32 - 4:29:54) explicou que é importante ter as placas, mas reconheceu a importância de que os alunos cheguem a ela. Quanto a isso, ele disse que sabem que é um investimento muito maior. Marcelo comentou que conversa muito com a Coordenadora do NAPNE, Daniela, e sugerem criar um banco de projetos do IFFar com aquilo que já foi criado no âmbito da inclusão.

Thirssa Grando (4:29:59 - 4:31:59) acrescentou que, no final do ano passado, foi lançado um edital de apoio aos IF Makers, e disse que conseguiram aos poucos fomentar para ter IF Makers em todos os *campi*.

Informes da PRPPGI(4:32:07 - 4:39:44)

Thirssa falou sobre as Avaliações de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos do IFFar (4:32:13 - 4:34:57). Ela comentou que no final do mês de abril tiveram três avaliações dentro da Instituição e parabenizou o *Campus* Santo Ângelo, na avaliação dos sistemas para Internet; *Campus* Júlio de Castilhos com Agronomia e o *Campus* Alegrete com Tecnologia em Alimentos. Disse que os três cursos tiveram nota máxima no MEC.

Sobre a Consulta pública das diretrizes do estágio dos cursos superiores de Licenciatura do IFFar (4:34:59 - 4:36:48), Thirssa ressaltou o movimento que a Diretoria de Graduação tem feito junto com o grupo de trabalho das licenciaturas, desde que saiu a publicação da Resolução 4/2024, que traz mudanças na organização dos cursos de licenciatura e, em especial, nos estágios que devem estar contemplados desde o primeiro semestre do curso.

Sobre o Sistema de Informações da Política Nacional de Assistência Estudantil (Sispnaes) (4:36:49 - 4:39:44), Thirssa informou que a Diretora da Assistência Estudantil, Priscila, é quem detém o cadastro dentro do Sistema PNAES, para organizar todas as informações institucionais da política nacional de assistência estudantil. Thirssa explicou que são motivados via portaria para organizar os dados assistência estudantil e terão um prazo maior para ser feito o levantamento dos dados.

Mateus Dal Forno (4:41:46 - 4:52:02) apresentou sobre a Apreciação da proposta de Revisão do Regulamento da Comissão Permanente de Pessoal Docente . Ele disse que a ideia é de que seja feita uma atualização de alguns pontos que são essenciais, para que consigam ter um trabalho mais qualificado na CPPD. Também lembrou que a CPPD é um órgão consultivo para assessorar os dirigentes no geral das instituições. Ressaltou que na mesma lei traz sobre a regulamentação da atuação na CPPD é feita institucionalmente e cada instituição tem a sua própria regulamentação. Segundo Mateus, foi iniciada no ano que passou a revisão da regulamentação. Ele explicou que criaram um GT constituído por um membro de cada *Campus* atuando, para discutirem as mudanças. Ele citou que as principais mudanças foram: 3 membros titulares nas unidades com mais de 70 docentes e, se não for possível 3 membros, pode continuar com os dois membros como está sendo hoje; possibilidade de docente com FG ser membro; mandato de 3 anos e possibilidade de atividades da CPPD ocorrerem remotamente; possibilidade de eleição virtual ou presencial; preenchimento de vagas restantes após eleição por reunião; definição mais clara das competências da CPPD; definição de 2 reuniões ordinárias por semestre.

Carlos Lehn (4:52:10 - 4:55:04) acrescentou que a gestão da CPPD vem trabalhando duro na revisão das normativas e exemplificou que teve a atualização do regulamento da RSC, atendendo todas as solicitações feitas pela Comissão Permanente da RSC. Em seguida, Carlos Lehn colocou a pauta para votação, a qual foi aprovada com unanimidade.

Na sequência, ocorreram os informes da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRDI (4:55:20 - 5:08:51). Carlos apresentou a Prestação de Contas Concurso TAE (Edital 473/2024) e Concurso Docente 2025 (Edital 472/2024) (4:55:31 - 5:05:24). Segundo o Pró-Reitor, o concurso TAE teve um total de 1565 inscritos. Ele ressaltou que nem todos realizaram o pagamento da sua inscrição, pois tiveram a isenção na inscrição, atendendo os requisitos que constavam no edital. Carlos explicou que havia dois valores a depender do nível: no nível médio, tinha um valor de R\$80,00 e, para o cargo de nível superior, um valor de R\$100,00.

- Carlos informou que, no dia 19 de maio ocorre a homologação sem 2ª etapa e, homologando a

primeira etapa, que é do assistente em administração, já pode dar início ao processo de nomeação. Depois, no dia 25 de junho, ocorre a homologação dos que tem a 2ª etapa.

- Ele falou sobre o concurso docente. Disse que tiveram 2.858 inscritos, que a taxa de inscrição foi de R\$180,00, que a homologação será no dia 24 de julho. Carlos detalhou que para o concurso docente, foram 28 vagas de 19 áreas e, para o concurso TAE, foram 5 vagas para 3 áreas.

- Segundo Carlos, o valor planejado no Plano de Ação é um valor de R\$600 mil reais para este ano, com R\$50 mil previsto por cada unidade. Ele disse que somando os dois valores, teria para a realização de um novo concurso cerca de R\$1.200.040,00.

Jhonathan Silveira (5:02:33 - 5:02:44) perguntou se a ideia é que ocorra o novo concurso este ano e se para abrir um novo concurso, precisam da destinação das vagas já.

Carlos Lehn (5:02:45 - 5:04:23) respondeu que o fluxo é ter a portaria que libera os códigos de vagas para as instituições, para que as unidades possam fazer o indicativo das áreas que visualizam o concurso público.

Jhonathan Silveira (5:04:24 - 5:05:24) expressou que sua preocupação é referente ao tempo, porque a liberação das vagas ainda não aconteceu e, mesmo que aconteça no primeiro semestre, chega no final do ano e não tem as áreas definidas. Ele acrescentou que quando forem lançar o concurso precisam ter as áreas definidas.

Na sequência, ocorreram os Informes da PRDI

Carlos informou sobre a Oferta de nova turma do curso de Doutorado - PPGOP/UFSM (5:06:37 - 5:08:51). Segundo ele, no ano passado, tiveram um edital direcionado para o IFFar com 10 vagas, e das 10 vagas conseguiram 6 ingressos. Também disse que foi feito um repactuamento com o PPGOP e foi feito um novo edital IFFar junto ao PPGOP, disse que são 8 vagas e seriam 4 vagas novas.

- Carlos complementou que é uma articulação, que a DPDI encaminhou juntamente com a PRDI e a DPDI no PPGOP e, ao longo do primeiro semestre, terá um edital IFFar voltado para mais uma turma.

Sobre os Ajustes no Plano de Ação, exercício 2025 (PA 2025) - Memorando Circular 03/2025 DPDI (5:08:58 - 5:10:48), Carlos comunicou que foram calculados novamente os valores das reservas obrigatórias, do valor do custeio e da assistência estudantil para cada unidade. Disse que ficou estabelecido o dia 5 deste mês como data para um retorno, para que possam dar fluxo para o Plano

de Ação e passar pelas instâncias que realizarão avaliação e aprovação. Ele explicou que receberam a devolutiva de 6 unidades e pediu que busquem cumprir até o final desta semana a devolutiva com os ajustes, considerando o memorando 3/2025 da DPDI que traz os valores.

Em seguida, passou-se à pauta da Pró-Reitoria de Extensão – Proex. Getulio Stefanello (5:11:05 - 5:31:20) apresentou o Programa Institucional de Extensão para a Educação em Direitos Humanos (5:11:27 - 5:14:57). Ele informou que foi aprovado no Conselho Superior, em 2022, uma política a qual precisam operar e fazer as atividades que nela estão direcionadas. Segundo Getúlio, para que o programa institucional possa ser operacionalizado, precisa constituir um núcleo de educação em direitos humanos, conforme foi aprovado em resolução na época e que já está em fase de emissão de portaria. Também explicou que tem um Comissão Permanente que se faz pela representação dos *campi*, com dois servidores(as), sendo um titular e o outro suplente, e dois discentes sendo um titular e outro suplente.

Em seguida, ele tratou da Política de Extensão do IFFar (5:15:05 - 5:16:31). Getúlio disse que estão neste momento fazendo a reconstituição do grupo de trabalho, que conta com a representação da Pró-Reitoria de Extensão; Diretorias de Pesquisa, Extensão e Produção e Coordenações de Extensão.

Sobre o Programa Partiu IF - programa nacional do Governo Federal, em parceria com os Institutos Federais, no IFFar (5:16:43 - 5:20:15), Getúlio explicou que agora está publicado o edital de estudantes, que visa à seleção de 400 estudantes no âmbito das unidades. Detalhou que as inscrições vão até o dia 12 de maio.

Quanto aos informes da Proex, Getúlio falou sobre o 43º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS) (5:20:32 - 5:22:53). Ele disse que, no seminário, é costume ter 20 trabalhos na forma de apresentações orais, que todos apresentam, e depois é feita uma roda de conversa sobre os trabalhos da temática. Ele informou que a temática central é extensão e justiça socioambiental na transformação dos territórios. Explicou que o edital 168/2025 faz a seleção dos trabalhos da instituição, e o IFFar faz a inscrição de trabalhos na plataforma. Detalhou que as inscrições vão até o dia 15 de maio. Também disse que os estudantes receberão um valor para a alimentação e hospedagem, que vai ser calculado conforme os custos do local que vai ser realizado. Acrescentou que haverá 1 servidor por *campus* que tem trabalho selecionado, para acompanhar o(s) estudante(s) do *campus* que tiver o trabalho selecionado.

Getúlio informou, ainda, sobre a Rede Uni Sustentável (chamada livro) (5:23:30 - 5:25:18), disse que é uma das organizações da qual o IFFar é signatário. Acrescentou que houve 3 trabalhos, dos quais apenas 2 puderam ser submetidos.

Mirian Marchezan (5:25:22 - 5:27:08) reforçou a importância da participação nesses espaços e comentou que é importante indicar os alunos que tenham trabalhos para socializar.

Carlos Lehn (5:27:14 - 5:28:24) disse que, em relação à Rede Uni Sustentável, tem uma missão que diz respeito ao levantamento das práticas de sustentabilidade na instituição. Ele informou que solicitaram o apoio das Diretorias de Planejamento e Desenvolvimento Institucional para fazer o mapeamento. Disse que foi enviado um e-mail pela PRDI para que fizessem o levantamento, dando prazo para o preenchimento do formulário.

Sobre o Banco de projetos de Educação em Direitos Humanos (5:28:31 - 5:31:20), Getúlio informou que tiveram 2 projetos submetidos à Coordenação Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos da Secadi. Segundo ele, dos 2 projetos submetidos, um foi negado; o primeiro não foi aprovado porque estaria no âmbito de outra diretoria.

Na sequência, foi apresentada a pauta da Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação. Thirssa Grandó (5:31:47 - 5:41:19) falou sobre o Panorama do Edital 109/2025 (Programa institucional de bolsas de iniciação científica e tecnológica do IFFar) (5:32:19 - 5:37:53). Segundo ela, houve um aumento de 22% nos projetos. Ela contou que, em 2024, foram 20 projetos não homologados, cerca de 9,7%; e, neste ano, foram 9 projetos não homologados, cerca de 3,6%. Lembrou que, em 2024, teve 4 solicitações de cotas de ações afirmativas e tinham 5 cotas disponíveis e, neste ano, foi ampliado para 24 solicitações de cotas.

Nos informes da PRPPGI, Thirssa falou sobre o Edital nº 178/2025 - Processo Seletivo 2025/2 para Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFFar - Modalidade Presencial e EaD (5:37:56 - 5:39:01). Ela disse que estão com 6 cursos, detalhou que a maioria é curso presencial, que o único curso EaD é o curso Gestão da Qualidade e Novas Tendências em Alimentos, que será ofertado por Santo Augusto, cujas inscrições vão até o dia 23 de maio.

Carlos Lehn (5:39:44 - 5:41:19) perguntou para a Thirssa Grandó se o resultado das bolsas sai no dia 1º de julho, para a implementação a partir de 1º de agosto. Thirssa explicou que no dia 1º de julho sai o ranqueamento, mas ainda não tem a quantidade de cotas de bolsa da FAPERGS.

Em seguida, foi apresentada a pauta da Pró-Reitoria de Administração. Deivid Oliveira (5:41:21 - 6:02:11) tratou dos Relatos da Visita da SETEC às obras do IFFar com recursos do Novo PAC e Limites Orçamentários 2025 (5:42:08 - 6:02:11). Ele explicou os recursos de investimento serão colocados na ordem de R\$200 mil reais para as obras de refeitórios que estão execução. Segundo Deivid, quando os R\$200 mil forem descentralizados, poderão ser utilizados para equipar os refeitórios. Quanto às bibliotecas, ele disse que não têm definições de valores, mas já podem formalizar pedidos de que já vão precisar equipar as bibliotecas.

Antes de falarem sobre a previsão orçamentária e financeira de 2025, Deivid informou que a LOA foi aprovada com um corte de 4,85% do IFFar. Comentou que tem um orçamento aprovado, a lei orçamentária anual com o corte de R\$52,4M, que o recurso está dentro do Instituto Federal Farroupilha. Deivid ressaltou que se olharem o crédito disponível, está lá, mas se olharem o limite de empenho, está zerado. Ele disse que tem no crédito disponível R\$36.287,822,00 reais de orçamento disponível, mas desse valor não pode ser empenhado nenhum valor. O Pró-Reitor explicou que a realidade é que irão trabalhar com a ordem de 66% do orçamento. Disse que não tem a previsão de que vai sair na semana que vem ou daqui a 15 dias novos limites. Ele explicou que se isso não acontecer, tem hoje empenhado 30,81% do orçamento e, desses, 12,71% estão liquidados. Deivid disse que o Decreto de Programação Orçamentário está com contingenciamento até nova ordem.

Nídia Heringer (6:02:14 - 6:09:13) explicou que o Decreto de Programação Orçamentária é chamado de Decreto do ano Civil de 18 meses, que a Setec recebeu a orientação de que fosse feita uma minuta, que será encaminhada ainda hoje, de flexibilização da organização do decreto para as entidades educacionais. Ela disse que é preciso organizar um momento para discutirem as situações que tem, pensando na aplicação do decreto e o que poderiam fazer, de que maneira agir em relação aos meses dessa programação orçamentária. Nídia sugeriu que tenham uma reunião técnica no início da semana que vem, para tratarem de orquestrar o Plano de Ação em conformidade com o decreto de programação orçamentária.

Jhonathan Silveira (6:09:24 - 6:11:12) expressou seu receio, porque o *Campus* Uruguaiana está com 2 obras em andamento contempladas pelo PAC. Segundo ele, não sabe como justificar para a comunidade acadêmica que a unidade não tem recurso para fechar o ano, mas está com 2 obras em andamento.

Nídia Heringer (6:11:17 - 6:15:57) reconheceu o esforço da execução orçamentária dos diretores de administração e dos coordenadores de orçamento e finanças, os quais precisam ficar semanalmente

sendo observados em relação às notas fiscais, contratos; tudo que operam em cada *Campus*. Ela disse que a partir do que souberem sobre flexibilização ou não, vai ter que ser feito uma nota do IFFar sobre a questão orçamentária, sobre o decreto de programação orçamentária numa linguagem única para ficar claro para a comunidade acadêmica como irão tratar isso neste ano.

Nídia Heringer (6:18:47 - 6:35:51) falou sobre a Medida Provisória 1286/2024. Ela compartilhou que a decisão do pleno do Conif foi de que cada instituição deveria analisar com a sua Procuradoria Jurídica, para verificarem a possibilidade ou não de fazerem a aplicação da aceleração. Nídia disse que na linha F do termo de acordo de greve diz que a aceleração será regulada pela CNSC/MEC, a CNSC trabalhou a discussão que foi trabalhada em relação ao acordo de greve e encaminhou ao ministério conforme havia sido combinado, e o MGI devolveu a minuta com alguns pontos que apresentaram discordâncias em relação a isso. Ela ressaltou que o MGI apresentou contraposições como seria feita a forma de aceleração. Nídia comentou que se reunirá com a DGP, CGPs e com a Projur e verificarão quanto de trabalho equivale a isso e chamará o Codir para decidirem se irão aplicar e, na reunião, tratarão do levantamento de quanto tempo e impacto precisarão para fazer um cronograma de como será feito.

Nídia também disse que a minuta que ela encaminhou da CNSC é um ofício assinado pelo Secretário Executivo e depois tem uma minuta de resolução que precisa ser seguida. Ela explicou que essa resolução reitor não assina, e as resoluções que os reitores assinam são pautas internas que passam pelo Conselho Superior. A reitora Nídia explicou que a resolução não nasceu ainda, ela é uma minuta que foi encaminhada, mas não houve ainda a tramitação final.

Márcia Fink (6:31:15 - 6:32:35) argumentou que, pela fala da reitora Nídia, há viabilidade de fazer a aceleração. Também lembrou que já há 13 instituições que já teriam implementado e iniciado a implementação. Márcia comentou então que o IFFar não vai se posicionar em barrar qualquer movimento de garantir o que é um direito que foi acordado, mas ela gostaria que ficasse claro trazendo a questão do risco. Márcia perguntou se pode ser factível o MGI não validar a minuta que foi publicada na medida provisória. Também perguntou quanto ao ressarcimento ao erário, se haverá garantia que os servidores irão se comprometer com isso do outro lado, porque haverá um esforço de defesa para que possam implementar tanto quanto as outras instituições estão fazendo. Perguntou como irão proceder se houver o risco de dar errado.

Nídia Heringer (6:32:36 - 6:35:51) respondeu que provavelmente a orientação do MGI não será igual a minuta que ela encaminhou para os dirigentes. Pelos posicionamentos e devoluções, ela acredita que

não será. Nídia explicou que haverá um documento oficial e precisam revisar o que foi feito e, havendo valores nesse revisar de valores que precisam ser revistos, a devolução ao erário se dá com desconto direto provavelmente. Ela também falou que havendo uma resolução diferente da minuta que ela encaminhou para os dirigentes, as CGPs e DGPs terão que rever aquelas que estão em discordância dessa minuta para a nova minuta. Avaliou que terá servidor com possível diferença para maior ou menor e terá que fazer algum valor de devolução.

Nídia Heringer (6:35:54 - 6:36:24) agradeceu a Professora Analice pela recepção no *Campus*, agradeceu aos gestores e à equipe de apoio.

A reunião na íntegra está disponível na web.tv.iffar através do link [3ª Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes IFFar - 2025.](#)

SECRETARIA EXECUTIVA	REITORA
VERONICA PEREIRA VASQUES	NÍDIA HERINGER



Emitido em 26/06/2025

ATA Nº 6/2025 - CODIR (11.01.01.44.16.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/07/2025 20:42)
NIDIA HERINGER
REITOR(A)

(Assinado digitalmente em 26/06/2025 09:16)
VERONICA PEREIRA VASQUES
AUXILIAR ADMINISTRATIVO
SEE (11.01.01.44.01.17)
Matrícula: 1004002

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.iffarroupilha.edu.br/documentos/> informando seu número: **6**, ano: **2025**, tipo: **ATA**, data de emissão: **26/06/2025** e o código de verificação: **a728cdaa1a**